

INFORMATIVO MPME



Câmara aprova pagamento do Pronampe em até seis anos

A Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira a medida provisória que aumenta de 48 para 72 meses (seis anos) o prazo de pagamento dos empréstimos no âmbito do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe). Haverá ainda uma carência de 12 meses para o início dos pagamentos. A MP manteve o limite máximo das taxas de juros aplicadas atualmente, da taxa Selic mais 6% ao ano para contratos firmados a partir de 2021.

Apesar da ampliação do prazo de pagamento dos empréstimos do Pronampe, a taxa máxima aplicável será fixada por ato do secretário de Micro e Pequenas Empresas e Empreendedorismo, órgão agora subordinado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Até mesmo a base do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) fechou consenso pela MP do Pronampe, que foi enviada à Câmara por Jair Bolsonaro (PL). A aprovação faz parte de uma série de medidas no âmbito econômico que vêm sendo aprovadas e endossadas pelo governo de Lula.

Para íntegra: <http://bit.ly/3ZxsGT5>

27 de Fevereiro de 2023 – Fonte: Exame

Tempo médio para abertura de empresa é o menor da história do país

Balanço realizado pelo Sebrae aponta que o Fundo de Aval da Micro e Pequena Empresa (Fampe) viabilizou, somente em 2022, aproximadamente 74 mil operações de crédito para pequenos negócios, superando a marca de R\$ 4,3 bilhões – o valor representa 14% do montante total concedido pelo Fundo ao longo de seus mais de 25 anos de história.

No período de 2020 a 2022, o Fampe registrou um salto de mais de 240% na carteira de crédito garantido pelo fundo, contribuindo para que 211 mil clientes obtivessem financiamento para manter sua atividade e sua sustentabilidade.

Para 2023, a expectativa do mercado de crédito, segundo a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), é um aumento na oferta de 8,3% sobre os valores do ano passado. No entanto, mesmo com a tendência de alta, o número é menor do que os 14% contabilizados na comparação de 2022 com 2021. Ainda assim, Adalberto Luiz, coordenador do Núcleo de Garantias da Unidade de Capitalização e Serviços Financeiros do Sebrae Nacional, considera que a situação pode melhorar. “Esse cenário pode mudar de acordo com as estratégias que o governo federal e os bancos públicos vierem a adotar no segmento de pequenos negócios”, analisa.

Garantias para os pequenos

O Fampe é o fundo garantidor do Sebrae, que atua como avalista das operações de crédito para os pequenos negócios, desempenhando o importante papel de fornecer às instituições financeiras as garantias solicitadas, que muitas vezes esses empreendedores não dispõem. Criado em 1995, atualmente o Fampe conta com 22 instituições financeiras conveniadas, entre bancos comerciais, agências de fomento, cooperativas de crédito e fintechs.

Para íntegra: <http://bit.ly/3mjvy7Y>

02 de Março de 2023 – Fonte: ASN

BNDES prevê dobrar crédito a startups e faculdades para 'reindustrializar' país

A nova gestão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) tem como uma das prioridades trabalhar pela “reindustrialização” da economia nacional.

Ação já foi colocada pelo presidente da instituição de fomento, Aloizio Mercadante, mas a estratégia não passará, como no passado, por oferecer crédito a juros menores em larga escala, garante José Luís Gordon, escalado na equipe de Mercadante como diretor de Desenvolvimento Produtivo, Inovação e Comércio Exterior.

Economista especializado em políticas de fomento à inovação, Gordon diz que o foco do apoio à “reindustrialização” será a modernização tecnológica e os negócios nascentes.

O objetivo é dobrar o apoio do BNDES à inovação, do atual 1% da carteira de crédito, cerca de R\$ 4,6 bilhões, para 2%. De acordo com o diretor do BNDES, a carteira de crédito do banco já chegou a ter 5,5% destinados à inovação empresarial.

“O BNDES saiu da agenda de inovação. Como é que eu vou ter uma indústria competitiva internacionalmente? Não dá para ficar com o País fechado. Então temos que abrir o País, mas tem que ter um País competitivo. Como é que eu vou competir se eu não tenho capacidade inovativa nas indústrias brasileiras? Como um banco de desenvolvimento não apoia a inovação?”, aponta o diretor.

O apoio à inovação buscará parcerias e lançará mão de fontes de recursos não reembolsáveis ou com juros diferenciados para dar forma a linhas específicas. Essas fontes têm recursos limitados e, portanto, as condições mais vantajosas não serão oferecidas em todas as linhas do BNDES.

Desidratação industrial

Ao longo de toda a década de 1970, a indústria da transformação respondeu por entre 20% e 21% da economia nacional. A partir de 1980, essa participação na economia começou a cair. Em 2021, ficou em 11,9%, conforme dados compilados pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi).

Ainda que a perda quantitativa de peso na economia seja um movimento estrutural do processo de desenvolvimento, uma tendência global, que passa pelo aumento do peso do setor de serviços, no caso do Brasil, houve também perda de qualidade, na avaliação do economista-chefe do Iedi, Rafael Cagnin.

Segundo o especialista, os ramos de alta intensidade tecnológica foram os que mais perderam espaço.

“A indústria é muito mais do que simplesmente só a indústria. A economia está migrando para serviços, mas quais os serviços queremos na economia? Os serviços da economia alemã são de alta complexidade tecnológica. Quem puxa esse serviço de alta complexidade tecnológica é a indústria. Se temos uma indústria fraca, incapaz de demandar, não conseguimos ter o serviço de alta competitividade, que gera os bons empregos, melhor remunerados”, disse Gordon.

A Federação das Indústrias do Rio (Firjan), tradicionalmente, defende ações transversais, que afetem a todas as empresas industriais.

A política de oferecer juros mais baixos no crédito do BNDES afetaria apenas um dos diversos problemas da indústria e, mesmo assim, não atingiria a todas as empresas.

Para o gerente de Estudos Econômicos da Firjan, Jonathas Goulart, no quadro atual, facilitar um pouco o crédito para pequenas e médias empresas teria um efeito relativamente pequeno na economia.

Por isso, mais eficaz seria avançar em reformas que melhorem o “equilíbrio macroeconômico” no longo prazo. “Batemos muito na tecla da reforma tributária, porque sabemos da importância dela para o equilíbrio de longo prazo da economia”, afirmou Goulart.

Propostas

Em documento com 62 propostas para elevar a produtividade, lançado no ano passado, a Firjan destaca o reforço da atuação via fundos de garantia como principal papel do BNDES no momento.

A referência é o Peac, principal ação do banco de fomento para mitigar a crise econômica causada pela pandemia da Covid-19, em 2020.

Embora esse tipo de instrumento não ofereça como resultado principal juros mais baixos, facilita o acesso ao crédito para empresas que, normalmente, têm seus pedidos negados.

Cagnin, do IEDI, também defende uma atuação estratégica do BNDES em vez de voltar a oferecer juros mais baixos para toda a indústria. Um dos destaques deveria ser uma linha de crédito focada, especificamente, na modernização de maquinário.

“É para trocar o maquinário, mas por qual maquinário? Um maquinário mais próximo da fronteira tecnológica. Não é para comprar uma máquina nova num padrão tecnológico obsoleto. Isso é um processo transversal de modernização produtiva”, disse Cagnin.

Para o professor de engenharia da USP e do Conselho de Administração da Embrapii, João Fernando Oliveira, historicamente, as políticas de proteção tendem a beneficiar a “base” das cadeias, a produção de insumos, geralmente, concentrada em poucas e grandes companhias, como as indústrias de aço ou de máquinas e equipamentos, que são influentes politicamente e pressionam os governos.

Para Oliveira, as políticas industriais seriam mais eficazes se focassem em garantir as melhores matérias-primas e o melhor maquinário pelo menor custo possível para todos os demais elos das cadeias de valor.

“Se o governo estiver preocupado em desenvolver uma política para ‘reindustrializar’ o Brasil, e isso é muito importante, ele tem que lembrar de fazer uma análise, em algumas cadeias de valor, sobre qual é o custo e o preço de venda ao longo da cadeia”, afirmou Oliveira, completando que, em praticamente todos os casos, as indústrias do fim da cadeia, com maior valor agregado, têm margens apertadas e não conseguem competir.



Veja mais
www.cni.com.br

Informativo MPME | Publicação da Confederação Nacional da Indústria - CNI | Diretoria de Desenvolvimento Industrial e Economia - DDIE | Gerência Executiva de Economia - ECON | Gerente Executivo: Mário Sérgio Carraro Telles | Gerência de Política Econômica - GPE | Gerente: Fábio Bandeira Guerra | Equipe: Valentine Braga e João Vitor Gonçalves | Editoração: GPE | Supervisão gráfica: Coordenação de Divulgação CNI/DDIE/ECON | Informações técnicas e obtenção de cópias dos documentos mencionados: (61) 3317.8989 nac@cni.com.br | Assinaturas: Serviço de Atendimento ao Cliente (61) 3317.9989/9993 sac@cni.com.br | Setor Bancário Norte Quadra 1 Bloco C Edifício Roberto Simonsen CEP 70040-903 Brasília, DF (61) 3317.9000 Fax: (61) 3317.9994 www.cni.com.br | Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.